

DO ENGENHO, DOS GENTIOS E DOS JESUÍTAS: redes de sociabilidades de soldados mamelucos no sertão colonial (1590-1592)

Andreza Silva Mattos*

THE MILL, OF THE GENTILES AND JESUIT: sociability networks of Mamluk soldiers in colonial hinterland (1590-1592)

RESUMO

No final do século XVI, expandia-se a economia açucareira nos engenhos do Recôncavo baiano, o que levou à organização de expedições de resgates indígenas em direção ao sertão norte da Bahia para apresar os nativos e obter sua mão de obra. Entre os integrantes das expedições, encontramos Simão Roiz, soldado mameluco que nos apresentou a uma rica rede de sociabilidades que se enredou no sertão. Seguiremos, a partir da perspectiva micro-histórica, os fios da sua teia de relacionamentos para percebermos o modo como os soldados mamelucos agiram para obter êxito nos resgates indígenas e como reagiram diante dos empecilhos interpostos pelos jesuítas. Nossas considerações serão embasadas, sobretudo, nos processos inquisitoriais contra eles movidos na I Visita do Santo Ofício à Bahia, em 1591.

Palavras-Chave: Redes de Sociabilidades. Soldados Mamelucos. Sertão Colonial.

ABSTRACT

In the late sixteenth century, it was expanding the sugar economy in Recôncavo Baiano mills, which led to the organization of expeditions indigenous redemptions north outback of Bahia to seize the natives and get your workforce. Among the members of the expeditions, we meet Simon Roiz, Mamluk soldier who introduced us to a rich network of sociability that has become entangled in the backcountry. Follow from the micro-historical perspective, the threads of its system of relationships to realize how the Mamluk soldiers acted to succeed in indigenous redemptions and how they reacted on the obstacles interposed by the Jesuits. Our considerations will-informed, particularly in inquisitorial proceedings against them moved in the first visit the "Santo Ofício" in 1591.

Keywords: Networks of Sociability. Soldiers Mamluks. Colonial backcountry.

* Mestranda em História-UFS/PROHIS. Especialista em Ciência da Religião-UFS. Graduada em História-UFS e integrante do GPCIR – Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Religiosidade-UFS/CNPq.

[...] e confessando disse que avera anno e meo, que elle foi ao sertão dos topinaensis na companhia de Gonçalo Álvares mamaluco morador no mesmo ceregipe que hia por capitão de vinte e tantas pessoas, afora os negros, para resgatar e fazer descer gentios do qual sertão elle confessante chegou ora poucos dias [...].¹

Essa confissão foi proferida na sala do Colégio da Compainha de Jesus, em Salvador, local onde se instalara a comitiva da I Visita do Santo Ofício da Inquisição, em 1591. O réu em questão é Simão Roiz, mame-luco de 45 anos que compareceu perante o Visitador, Heitor Furtado Mendonça, em 09 de março de 1592, no tempo da graça do Recôncavo Baiano. Ao confessar seu desvio, ter comido carne na quaresma e em demais dias determinados pela Igreja, Simão Roiz² apresentou-nos a uma rica rede de sociabilidades que se formou no sertão da Bahia colonial para onde foi na companhia do capitão Gonçalo Álvares a fim de “descer” índios e levá-los para trabalhar no engenho Sergipe ou Sergipe do Conde.

Compreendemos essa rede de sociabilidades a partir de vivências de Simão Roiz, no sertão. Nesse propósito, atentamos ao modo como os soldados mamelucos, enquanto membros das expedições sertanistas, agiram para obter êxito nos resgates indígenas e como reagiram diante dos empecilhos interpostos pelos jesuítas. São nas ações e reações dessa rede de sociabilidades a que nos deteremos, em detrimento dos desvios às normas católicas praticados naquelas paragens.

A noção de rede de sociabilidade é compreendida à luz do conceito de configuração de Norbert Elias, para quem as figurações são

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, *Processo n° 11.632*, folha 3verso. Ressaltamos que as demais citações oriundas dos processos inquisitoriais tiveram a ortografia atualizada.

² O sobrenome “Roiz” de Simão é uma abreviatura para “Rodrigues”, utilizado em seu processo inquisitorial. Era uma abreviação comum com a qual o notário Manoel Francisco se referiu a todos os Rodrigues sentenciados. Então, nosso personagem será cognominado por Simão Roiz ou Sr. Roiz, visando também a evitar confusões com o nome do seu filho que, do mesmo modo, era Simão Rodrigues.

formadas por pessoas que se unem umas a outras, formando “redes de indivíduos”.³ Essa concepção nos remete à ideia de pertencimento e de interdependência, uma vez que Simão Roiz pertencia a uma expedição sertanista, na qual grande parte de seus integrantes eram mamelucos (descendentes de branco com índio) que tinham um modo de agir que os diferenciavam dos demais. E que para obterem êxitos, no sertão, mantinham uma teia de relacionamentos interdependentes, isso porque “o comportamento de muitas pessoas separadas enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas”.⁴

Para fundamentar nossa pesquisa, faremos uso dos processos inquisitoriais oriundos da I Visita do Santo Ofício à Bahia. O período estudado varia entre 1590 e 1592, momentos em que, respectivamente, Simão Roiz envereda-se pelo sertão e que as confissões vêm à superfície da mesa inquisitorial, expondo preciosas informações acerca das ações e reações enredadas nas veredas do sertão.

Ao reduzir a escala de observação, a partir da abordagem micro-histórica, poderemos ainda *sentir* a efervescência das relações tecidas entre os diferentes sujeitos cujas ações sociais são vistas como um resultado de constantes “negociações, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.⁵

No decorrer da leitura, aparecerão outros personagens que compuseram a rede de sociabilidades de Simão Roiz, os quais nos possibilitam alcançar a inteligibilidade de suas (re)ações, pois “ninguém tem uma história na qual não conte o outro”.⁶ Serão destacados seis personagens: Gonçalo Álvares, João Gonçalves, Simão Rodrigues (o filho), Francisco

³ ELIAS, Nobert. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luíza Ribeiro Ferreira. 4 ed. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2008, p.16.

⁴ *Ibid*, p. 144-145.

⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 135.

⁶ ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru-SP: Edusc, 2006, p. 290.

Pires e Lázaro da Cunha. O sexto será o espaço do sertão. E, a relação entrelaçada entre espaço e sujeitos será a nossa linha condutora. Compreendamos um pouco sobre esse último personagem.

O sertão do século XVI era o interior, indicando, em alguns momentos, uma oposição ao litoral. Esta concepção teve sua gênese nas doações de sesmarias por D. João III que estabeleceu 50 léguas de terra ao longo da costa atlântica, fato que recebeu críticas de Frei Vicente Salvador em sua *História do Brasil* (1918). Para ele, os portugueses negligenciaram as terras do sertão contentando-se em “andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.⁷ À medida que a colonização avançava, a fronteira do sertão mudava para o limite do desconhecido.

O deslocamento de interesse do Recôncavo baiano do litoral para o sertão/interior em direção ao norte, seguindo a margem direita do rio São Francisco, onde atualmente é o território sergipano, ocorreu no governo de Luíz de Brito, entre 1572 e 1578, período no qual foram intensificadas as expedições sertanistas, tornando-se, o sertão, o *locus* de atuação de inúmeros soldados mamelucos.

DE COMO SE TECEU A REDE DE SOCIABILIDADES

O processo de Simão Roiz foi desencadeado ter comido carne de porco e de outros bichos do mato, na quaresma e em demais dias proibidos pela Igreja enquanto esteve a “descer índios” nos sertões da Bahia colonial. Seu denunciante foi o soldado mameluco João Gonçalves – companheiro nas jornadas sertanejas, cujo comparecimento à mesa do Santo Ofício, no tempo da graça do Recôncavo baiano, ocorreu em 29 de janeiro de 1592. Informou ser solteiro, cristão velho, natural da Capitania de Ilhéus, morador em Sergipe do Conde. No que concerne à genealogia, disse ser filho de Thomé Fernandes e Isabel Gonçalves, neto de João Gonçalves e Isabel Lourenço. Fez questão de ressaltar que não conheceu seus avós e que não tinha tios. Sobre

⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Melhoramento, 1931, p. 20.

seus pais, disse apenas que eram trabalhadores, não clareando sobre as respectivas etnias.⁸

Esse jovem alfaiate de 20 anos confessou que após a guerra de Sergipe “novo”, liderada por Cristóvão de Barros,⁹ foi a outro sertão na companhia de Gonçalo Álvares onde “todos os dias da quaresma e nas sextas feiras comeu[sic] carne e assim comia toda a dita companhia do seu rancho que Sam Simão Roiz solteiro e seu filho do mesmo nome Simão Roiz, moradores no mesmo Sergipe”.¹⁰

Por sua vez, Simão Roiz, mesmo não sabendo que já havia sido denunciado nos idos do mês de janeiro, compareceu à mesa inquisitorial para relatar seus desvios de comportamento em relação à moral eclesiástica. Assim como dissera João Gonçalves, o desvio do nosso morador de Sergipe do Conde foi comer, na quaresma, carne de porco e de outros bichos do mato, sem necessidade por que tinha outros mantimentos, como frutas e ervas. Como cada confissão, geralmente, implicava mais indivíduos, Simão Roiz denunciou, entre outros, o seu filho, Lázaro da Cunha e o capitão Gonçalo Álvares. Este, por sua vez, denunciou o próprio Simão Roiz, Lázaro da Cunha e acrescentou outro personagem à lista, o mameluco Francisco Pires. Todos fizeram parte do mesmo agrupamento, formando uma teia de relacionamentos interdependentes que veio à luz durante os interrogatórios inquisitoriais. Com exceção de Lázaro da Cunha, eram todos moradores nas terras do engenho Sergipe do Conde, localizado no Recôncavo baiano.

DO ENGENHO E DOS GENTIOS

Não temos como precisar o ano no qual Simão Roiz partiu da capitania de Ilhéus para ir morar na capitania da Bahia, nas terras do

⁸ ANTT, IL, *Proc. n.º 13.098*.

⁹ João Gonçalves exerceu a função de soldado na expedição de Cristóvão de Barros que colonizou o atual território de Sergipe, em 1590.

¹⁰ ANTT, IL, *op. cit.*, fl. 04v. Ao citar Sergipe, João Gonçalves referiu-se ao engenho de Sergipe do Conde.

engenho Sergipe do Conde – local que elegera para ser seu lar e exercer a função de lavrador, juntamente com o filho Simão Rodrigues. Sobre a sua esposa, sabemos que era Gracia Fernandes, uma índia, que, à época do processo, já havia falecido. Conheçamos um pouco sobre o local onde o Sr. Roiz residia antes de ingressar no sertão.

Nos idos de 1572, dona Felipa de Sá, última descendente do terceiro Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, herda o engenho Sergipe. A mais nova herdeira de Portugal tornara-se uma moça desejável, despertando o interesse de dom Fernando de Noronha, herdeiro do título de conde de Linhares, com quem contraiu matrimônio no ano seguinte. O casamento foi determinado segundo um “Contrato de dote e arras” por meio do qual marido e mulher declaravam as propriedades com que entravam para a sociedade conjugal:

[...] e a dita senhora dona Felipa entra com toda a herança que herdou do senhor governador Mem de Sá seu pai que Deus tem, e de seu irmão Francisco de Sá a saber com a parte que fica em morgado e obrigações dele conforme aos testamentos dos ditos senhores Mem de Sá e Francisco [...].¹¹

O engenho possuía duzentas e oitenta e duas peças de escravaria, munição de artilharia, água, mata e uma ilha.¹² Localizava-se a cerca de nove quilômetros da foz do rio Sergipe e “controlava todas as terras que o separavam do mar. Na margem oposta havia muitas fazendas, além de uma igreja beneditina”.¹³

Realizado o casamento, o engenho Sergipe passa a ser conhecido como engenho Sergipe do Conde, por referência ao marido de dona

¹¹ CONTRATO DE DOTE E ARRAS, 1573, in: Instituto do Açúcar e do Alcool. Documentos para a História do Açúcar. Engenho Sergipe do Conde. Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, v. 3, 1963, p. 314.

¹² Ibid.

¹³ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A suprema corte da Bahia e seus juizes (1609-1751)*. São Paulo: Editora Perspectiva. Estudos n. 50, 1979, p. 89.

Felipa, o Conde de Linhares, os quais nunca vieram para o Brasil administrar esse bem. Foram proprietários absenteístas, ou seja, exploraram as terras à distância, designando, para tal função, administradores intermediários de sua confiança enviados de Portugal, entre os anos 1576 e 1618.

No engenho, a mão de obra indígena era muito bem empregada. Dados, de 1572, dão-nos conta de, aproximadamente, 280 escravos adultos trabalhando, dos quais 20% eram africanos. Embora o comércio de escravos africanos estivesse se desenvolvendo, o trabalho indígena era primordial.

Pelo Inventário do engenho de 1574, realizado para cumprimento da entrega ao Conde e à Condessa de Linhares, podemos observar que os indígenas exerciam as funções de caldeireiro, escumeiro, moedor, bagaceiro, tacheiro, banqueiro, preseiro, lavrador, encaixador, serrador, ferreiro, lavadeiro, lavador de coadeiras, bareiro, pescador e farinheiro.¹⁴ Atuavam diretamente na vida cotidiana do engenho, participando, ainda, das expedições de resgates com objetivo de aprisionar índios das tribos inimigas.

Disposto a manter a mão de obra indígena frequente, devido às constantes intervenções dos jesuítas, o feitor do engenho, Gaspar da Cunha, escrevera, em 1585, ao Conde de Linhares solicitando-lhe que obtivesse autorização “para que índios se estabelecessem próximos às suas propriedades”.¹⁵ Alegara o feitor que as aldeias instaladas nas proximidades protegeriam as fronteiras e ajudariam nas operações do engenho. Agindo conforme havia lhe solicitado o feitor, o Conde de Linhares obteve autorização dois anos depois, por meio de um alvará que reconhecia os benefícios que as aldeias de índios do sertão traziam às fazendas e aos engenhos. Contudo, “o controle que os jesuítas acabaram por exercer sobre esses povoados impuseram restrições a seu uso, restrições estas que os colonos não estavam dispostos a aceitar”.¹⁶

¹⁴ INVENTÁRIO DO ENGENHO SERGIPE, 1574, in: Instituto do Açúcar e do Alcool, op. cit.

¹⁵ SCHWARTZ, 1979, p. 54.

¹⁶ Ibid.

Os envolvidos com os resgates dos gentios confrontavam seus interesses com os dos padres jesuítas, tendo o padre jesuíta Cristóvão de Gouveia recomendado que a “igreja recusasse o sacramento da confissão a todos os que se envolvessem no resgate dos índios”.¹⁷ Esses religiosos tentavam, a todo custo, inibir as expedições de resgates. Por outro lado, os soldados mamelucos não estavam dispostos a cessar suas operações no sertão.

Foi quando, em 1590, Simão Roiz deixou a vida de lavrador e passou a integrar a expedição que estava sendo organizada por Gonçalo Álvares, que também era morador do engenho do Conde, e com ele foi ao sertão norte da Bahia, com expressa autorização do Conde de Linhares. Ao partir, o capitão levou consigo “vinte e cinco homens deles brancos deles mamelucos afora muitos negros frecheiros para fazerem descer e trazer consigo gentios do dito sertão para o mar [...]”.¹⁸ Entre esses mamelucos estavam: o filho de Simão Roiz, João Gonçalves, Lázaro da Cunha e Francisco Pires.

Essa expedição, assim como outras, contribuiria para abastecer a economia local, pois, em 1591, o açúcar no Nordeste expandia-se rapidamente com a finalidade de satisfazer a procura europeia em crescimento. O Recôncavo tornou-se o principal centro da lavoura canaveira, sendo indispensável à subsistência econômica da cidade de Salvador. Assim, à medida que supria a mão de obra dos engenhos, os soldados mamelucos alimentavam a insatisfação dos jesuítas porque viam, no trabalho indígena, no “a grande solução, principalmente, por sua abundância e a exigência de baixos investimentos para sua obtenção”.¹⁹

Esta era uma disputa que não refletia novidades. Na verdade, remontava a 1549, com o estabelecimento do Governo Geral que

¹⁷ Id, p. 46.

¹⁸ ANTT, IL, *Proc. n° 12.229*, fl. 01.

¹⁹ PARAÍSO, Maria Ilda Barqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. In: *Revista de História Porto*, São Paulo, v. 129-31, 1994, pp. 179-208, p. 181.

incentivou a escravização de grupos tribais no Recôncavo para suprir a “expansão da economia do açúcar”.²⁰

Toda a zona costeira do São Francisco até Ilhéus estava sujeita ao domínio dos grupos locais Tupinambá. “Também dominavam o interior, pela margem direita do São Francisco, bem como alguns territórios situados ao longo deste rio”.²¹ Havia grupos dos Tupinambá submetidos e outros não submetidos, e estes estavam na mira dos portugueses e mamelucos que organizavam expedições indo ao seu encaço pelo sertão. E quando “não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força”.²² Com essas ações, “em vez de internarem-se indefinidamente pelo sertão, os Tupinambá dirigiram-se para norte”.²³

No cotidiano do sertão norte da Bahia colonial, Simão Roiz e seus companheiros tiveram que empreender algumas ações para lograr sucessos em seus resgates e reagiram frente aos interesses jesuíticos. Mas em que consistiram essas ações e reações?

DAS (RE)AÇÕES DOS SOLDADOS MAMELUCOS

Corria o ano de 1590, quando a expedição de resgate de índio, da qual participou Simão Roiz, adentrou no sertão. Ação esta que foi uma constante no final do século XVI, sendo da mão de obra indígena um atrativo aos senhores de engenho do Recôncavo baiano, sobretudo, aos mamelucos que deixaram aflorar seu lado tupi ao andar, dias após dias, pelos matos, longe do aconchego do lar que ficara para trás. O Sr. Roiz tinha um objetivo: convencer os índios a ir com sua expedição do sertão para o engenho Sergipe do Conde.

Para dominar a situação era, antes, preciso se fazer tupi. E foi assim que os soldados mamelucos o fizeram. Deixaram de usar os nomes

²⁰ SCHWARTZ, 1979, p. 43.

²¹ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial: 1989, p. 32.

²² SALVADOR, 1931, p. 215.

²³ FERNANDES, op. cit., p. 37.

cristãos, riscaram-se no corpo e fizeram uso da língua tupi que bem conheciam. Mas tinham alguns que fugiam à regra, a exemplo de Simão Roiz que, mesmo tendo uma identidade cultural híbrida,²⁴ permaneceu com o seu nome de origem portuguesa: Simão Rodrigues, ao qual nos referenciamos como Simão Roiz.

Mas não foi desse modo que procedeu alguns de seus companheiros. A sua teia de relacionamentos permite-nos perceber que muitos soldados mamelucos utilizavam nomes tupis para indicar para os nativos uma “mudança de personalidade”.²⁵ Chegaram mesmo ao ponto de se esquecerem dos nomes portugueses, lembrando-se apenas das alcunhas, como mencionou Bastião Madeira:²⁶ “também outro mameluco homem já de meia idade natural desta capitania do qual não sabe o nome somente sabe que de *alcunha na língua dos gentios de jocosutu* que quer dizer coruja”.²⁷ O próprio Gonçalo Álvares, na guerra que se deu no rio Real contra as aldeias de Surubi e Aperipê, em 1575, batizou-se como pinasamoqu.²⁸

Outra ação que merece destaque são os riscados à moda dos Tupinambá. Acreditamos na possibilidade de Simão Roiz não ter feito os ditos riscados, uma vez que nada é mencionado em seu processo e que nenhuma outra fonte, até o momento consultada, relata essa prática. Por sua vez, João Gonçalves quando estava no arraial de Sergipe, logo após a guerra de 1590, contou que se deixou riscar por outro mameluco no braço esquerdo “cortados na carne feitos com ferretes que ficavam em

²⁴ A identidade cultural híbrida de Simão Roiz é compreendida a partir de Stuart Hall para quem o sujeito é fragmentado, composto não só de uma única, mas de várias identidades que se transformam numa “celebração móvel” que varia segundo o sistema cultural que rodeia o indivíduo. É uma identidade “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistema cultural que nos rodeiam” (HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. RJ: DP&A, 2006, p. 13).

²⁵ FERNANDES, 1989, p. 238.

²⁶ Assim como Simão Roiz, Bastião Madeira consta no processo de Lázaro da Cunha como um dos seus delatores.

²⁷ ANTT, IL, Proc. n° 11.068, fl., 13, grifo nosso.

²⁸ Pinasamoqu significa linha comprida.

final para sempre o qual riscado é uso e costume dos gentios valentes de maneira que riscar e ser riscado significa entre os gentios ser gentio cavaleiro, valente [...]”.²⁹

As incisões na pele funcionavam como “uma espécie de condecoração do guerreiro que aprisionava e matava o inimigo”.³⁰ Expressava um “ato expiatório”,³¹ podendo ter duas funções: “significava o pesar e o sentimento, que tem pela morte de seus pais, assassinados pelos seus inimigos; outra (razão) representa o protesto de vingança, que contra eles prometem, como valentes e fortes”.³² Ao fazer a incisão, João Gonçalves, bem como os demais companheiros, estavam provando aos gentios que eram valentes como eles para serem aceitos pelo grupo e com eles conviverem melhor.³³

Riqueza de detalhes é encontrada na confissão de Francisco Pires. Ele narrou que foi tingido pelas pernas ao uso e modo gentílico com jenipapo, “uma certa fruta e com a dita tinta que é preta se tingem pelas pernas”³⁴. Foi ele quem nos disse que os riscados são para os gentios tão importantes quanto as roupas nobres para os portugueses: “assim como as outras gentes se costumam vestir de vestidos galantes assim também os gentios deste Brasil costumam andar nus em corpo e por galantaria se tingem com o dito jenipapo”.³⁵

Não podemos deixar de mencionar o uso da língua tupi, o que facilitava a comunicação e a obtenção da confiança dos seus ascendentes. Entretanto, diante das constantes interferências de padres jesuítas, os soldados mamelucos reagiram e iniciaram uma pregação entre os índios contra

²⁹ ANTT, IL, *Proc. n.º 13.098*, fl., 07.

³⁰ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 144.

³¹ FERNANDES, op. cit., p. 237.

³² EVREUX, 1864 apud FERNANDES, op. cit., p. 237.

³³ Com essas atitudes os mamelucos, já batizados, passavam da condição de cristãos à condição de índios, os quais não professavam, definitivamente, o catolicismo segundo o qual é proibido fazer tatuagens (Lv., 19:28, in: *Bíblia Sagrada*, 116 ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1990, p. 137).

³⁴ ANTT, IL, *Proc. n.º 17.809*, fl., 25.

³⁵ *Ibid*, fl., 24v.

os jesuítas. Fizeram uma catequese às avessas, ou seja, uma verdadeira propaganda contra os jesuítas, desmoralizando o catolicismo, dizendo que os índios não fossem com os padres porque eles iriam lhes fazer mal. Entre os personagens dessa “propaganda” estavam Lázaro da Cunha e Francisco Pires – membros da expedição liderada por Gonçalo Álvares. Vamos então acompanhar o modo de atuação desses sujeitos. Suas ações aconteceram no sertão de Laripe ou Raripe, próximo à capitania de Pernambuco, ainda em terras baianas, no atual território de Sergipe:

Embora foneticamente sugira a serra do Araripe, “o sertão de Raripe” – que nada tem a ver com o Raribi ou Araribi no litoral da Capitania de Itamaracá, onde se situava a fazenda de Antônio Cavalcanti – ficava à margem direita do São Francisco, no hoje território de Sergipe.³⁶

Sobre essa questão, Capistrano de Abreu esclarece-nos que as entradas para o sertão partiram da Bahia – “seguindo a margem direita do rio São Francisco”;³⁷ e de Pernambuco – seguindo a margem esquerda desse mesmo rio, cujas últimas margens do São Francisco são limites comuns de ambas as capitanias.³⁸ Nesta conjuntura, a população baiana atirou-se pela costa até as divisas da antiga capitania de Francisco Pereira Coutinho, tornando frequentes as “viagens entre Bahia e Pernambuco beirando o mar”.³⁹

³⁶ Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). *Denúncias e Confissões de Pernambuco, 1593-1995*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1984, Coleção Pernambucana, vol. XIV, p. 11, grifo do autor.

³⁷ Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça. In: ABREU, Capistrano de (Org.). *Confissões da Bahia, 159-1592*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1935, p. XXI.

³⁸ A margem do rio São Francisco do lado de Pernambuco havia “numerosas serras, matas formando uma cinta quase contínua, como em Ilhéus e Porto Seguro, embora em direções muito menores, dificultavam as entradas e tolhiam a expansão pernambucana que pouco se afastou do rio. Os que dele se afastaram, se não utilizavam canoas que os levassem ao Recife, preferiam a praça da Bahia para suas transações” (Ibid, p. XXVI).

³⁹ Ibid, p. XXII.

Começemos, então, a seguir as aventuras de Lázaro da Cunha pelo sertão de Laripe. Quem nos conta são as ricas informações do seu processo inquisitorial. Lázaro compareceu para confessar ao Visitador em 21 de janeiro de 1592, dentro do tempo da graça do Recôncavo baiano. Informou ser natural da capitania do Espírito Santo, filho de Tristão da Cunha, homem branco, e de Isabel Paiz, mameluca – irmã do cônego Jácome de Queiroz. A essa altura, contava com trinta anos e informou uma particularidade: não tinha lugar certo de morada.⁴⁰

Interessante percebermos que, em seu processo, os delatores informaram lugares diferentes onde ele residiu, vejamos: Marçal Aragão e o jesuíta João Vicente disseram ser ele estante no engenho do Conde de Linhares, local onde Simão Roiz e seu filho, Gonçalo Álvares, João Gonçalves e Francisco Pires moravam; Bastião Madeira informou que ele morava na casa de Bernardo Ribeiro, não clareando sobre a localidade; Simão Roiz usou uma expressão que se coaduna ao que Lázaro disse ao visitador: “morador ora em passe”⁴¹ – o que nos leva a ter duas compreensões: estava de passagem por Sergipe do Conde ou estava residindo, naquele momento, em Passé, uma localidade do Recôncavo Baiano.

Passada a confissão de Lázaro da Cunha, tendo ele já sido denunciado pelos companheiros, o Visitador perguntou, logo na primeira sessão, se ele ouviu, sabia, viu ou lembrava-se de alguma pessoa que “lá no sertão pregasse os gentios que se não viessem fazer cristãos e que não descessem com os padres da Companhia para as igrejas ou outras coisas semelhantes”.⁴² Nesse momento, o réu confessou e disse que quando estava no sertão de Raripe ou Laripe, por cinco anos, próximo a Pernambuco para onde foram seguindo o curso do rio São Francisco, chegaram dois padres da Companhia de Jesus, sendo um por nome João Vicente, e pregaram pela língua gentílica. Os padres solicitaram que os índios fossem e “descessem para o mar para as igrejas para deus a fazerem-se filhos de deus”.⁴³

⁴⁰ ANTT, IL, *Proc. n.º 11.068*, fl., 23v.

⁴¹ *Ibid*, fl., 15.

⁴² *Ibid*, fl., 28v.

⁴³ ANTT, IL, *Proc. n.º 11.068*, fl., 29.

Quando soube da chegada dos jesuítas ao sertão, Lázaro informou que foi até eles saber quais eram as suas intenções. E, quando percebeu que os padres pretendiam levar os índios, teve que reagir. Diante da ameaça, alegou que pregou pública e notoriamente “pela mesma língua gentílica que ele bem sabe, pregou aos ditos gentios em contrário os ditos padres”.⁴⁴ E para consolidar, aconselhou ao principal da aldeia que:

não descesse nem consentisse descer os seus gentios com os ditos padres para o mar desta Bahia mas que se deixasse estar onde estava por que se descesse com os padres que lhes haviam de tomar as suas mulheres e que quando muito lhe daria uma só e que se descesse que não havia de ter que muitas mulheres nem usar dos costumes de seus antepassados como lá tinham e usavam no sertão e que estas coisas lhe dizia aconselhava para lhes estornar a descida com os padres dizendo que lhe mais que quando não quisesse se não descer que descesse com o dito seu capitão para Pernambuco [...].⁴⁵

Buscando uma forma de amenizar sua ação perante o Visitador, o réu acrescentou que seu capitão Manoel Machado (já falecido, na data do processo), bem como todos os outros soldados, eram consentidores e aconselhadores que os ditos gentios não fossem com os padres. Simão Roiz foi testemunha dessas pregações, não no sertão de Laripe quando tudo aconteceu; mas quando integrou a expedição de Gonçalo Álvares e presenciou Lázaro da Cunha “gabar-se” de seus feitos. Quem nos conta é o cristão-novo Tristão Rodrigues ao denunciar o “propagandista” ao visitador:

[...] e que outrossim o dito Lázaro da Cunha na dita jornada lhe disse também per muitas vezes em diversos lugares perante outros companheiros, gabando-se que quando ele andava entre

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Id., fls., 30-30v.

os gentios propriamente como gentio fazendo seus costumes gentílicos, pelejara contra os cristãos [...].⁴⁶

Ao ser perguntado quem mais fez essas pregações contra os jesuítas, Lázaro da Cunha citou os nomes de Afonso Pereira, o marigui⁴⁷ que é “morador em o forte de Sergipe e assim mais Francisco Pires, morador em Sergipe do Conde e Manoel Miranda residente no forte de Sergipe”.⁴⁸

Chegamos ao segundo propagandista da anticateguese – Francisco Pires, em cujo processo constam as denúncias de Gonçalo Álvares, a do jesuíta João Vicente (que presenciara tais ações) e de Lázaro da Cunha.

Diante do Visitador, em 13 de março de 1592, disse ser cristão velho, natural de Porto Seguro. Sobre seus pais disse que era filho de “Antônio Eanes, homem branco, lavrador e de Catariana sua escrava negra brasila, ambos defuntos”.⁴⁹ Ao ser questionado, na primeira sessão do interrogatório, sobre suas pregações contra os padres da Companhia de Jesus, por ele foi dito que:

pregou e aconselhou os ditos gentios, dizendo-lhes que não viessem com os ditos padres para o mar porque lhes haviam de tolher ter muitas mulheres e que tinham troncos em que os haviam de prender e os havia de açoitar e que lhes não haviam de deixar-lhes seus bailes e costumes de seus antepassados e que os haviam de fazer cristãos e que não os haviam de deixar viver em suas gentilidades e que não os haviam de deixar dormir com as suas sobrinhas.⁵⁰

As reações de Francisco Pires contra os jesuítas foram além daquelas realizadas por Lázaro da Cunha. Ele não apenas persuadiu os gentios

⁴⁶ Id, fl., 9.

⁴⁷ O processo de Lázaro da Cunha informa-nos que “marigüi” significa mosquito.

⁴⁸ ANTT, IL, *Proc. n.º 11.068*, fl., 31. O Forte de Sergipe é uma alusão às terras conquistadas por Cristóvão de Barros, no atual território de Sergipe.

⁴⁹ ANTT, IL, *Proc. n.º 17.809*, fl. 12.

⁵⁰ *Ibid*, fls., 17v-18.

a não seguirem com os padres, como os amedrontou, falando-lhes que iriam ser açoitados no tronco. E disse ao Visitador que isso fazia movido pelo seu proveito, como pelo interesse de toda a companhia de soldados da qual era integrante, porquanto tinha por objetivo resgatar os índios por via de Pernambuco e não queria que os gentios faltassem no sertão com a vinda dos “padres da companhia de Jesus para esta Bahia”.⁵¹

Urdiam-se, na mesa inquisitorial, as redes de intrigas tecidas pelos caminhos do sertão. Francisco Pires argumentou, em sua defesa, que reconhecia não ter agido como um bom cristão e entendia que era melhor para os índios renunciarem a seus usos e costumes para se fazerem “cristãos e batizarem-se, porém que lhes aconselhava e pregou ao contrário pelo dito seu interesse temporal”.⁵²

Mas as argumentações foram inválidas e saíra Francisco Pires gravemente sentenciado da mesa inquisitorial, sendo preso, praticamente um ano após a sua confissão, precisamente, em 21 de janeiro de 1593. Parafraçando Ronaldo Vainfas, Francisco Pires revelou uma “verdadeira teia de falsos enganos” (1997, p. 182), que não se limitaram às relações entre eles e os jesuítas pelo controle dos nativos.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

A necessidade da manutenção do funcionamento dos engenhos, a exemplo do Sergipe do Conde, com o uso da mão de obra indígena levou Simão Roiz a abandonar a função de lavrador para se fazer soldado na expedição de Gonçalo Álvares para adentrar no sertão. Expedição tal que ainda contava com apoio de alguns índios “amigos” que ambicionavam capturar outros de tribos “inimigas”. Naquele período, o engenho Sergipe do Conde mantinha alta produção de açúcar, chegando a exportar para a Europa.

Para obterem êxitos, os companheiros de Simão Roiz “batizaram-se” com nomes tupis; fizeram riscados em partes de seus corpos para

⁵¹ Id., fl., 18.

⁵² Id., fl., 18v.

obterem a confiança dos gentios, indicando-lhes que, assim como eles, eram cavaleiros e valentes; e ainda fizeram do conhecimento da língua nativa uma arma nessa “batalha”: tanto persuadiram os índios a irem com eles para as áreas dos engenhos, quanto realizaram verdadeiras pregações contra a evangelização dos padres jesuítas, os quais concebiam os mamelucos como um “fruto imperfeito”, não eram índios, não eram brancos. Concebiam-nos como homens destrutivos, pelas suas atuações contra a catequese, considerados “leigos ministros de Satanás”,⁵³ homens a que tudo recorriam por interesse de “seus abomináveis resgates”.⁵⁴

Foi possível conjecturar, a partir da investigação das vicissitudes de Simão Roiz e seus companheiros, que as redes de sociabilidades enredadas no sertão norte da Bahia foram primordiais ao êxito das expedições de resgates indígenas, implementadas no final do século XVI, pois sem as ações e reações praticadas numa lógica de interdependências, talvez, esses sujeitos não obtivessem sucessos.

Artigo recebido em 30 de abril de 2014.

Aprovado em 09 de maio de 2014.

⁵³ CARTA DE FRANCISCO PIRES, 1555, in: HUE, Sheila Moura (Org.). *Cartas do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 45.

⁵⁴ *Ibidem*.

